Vozes da ocupação

Relatos de estudantes secundaristas em Montes Claros-MG

Occupy voices

Andrea Jakubaszko e Idalécia Soares Correia

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3943>

DOI: 10.4000/pontourbe.3943

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Andrea Jakubaszko e Idalécia Soares Correia, « Vozes da ocupação », *Ponto Urbe* [Online], 22 | 2018, posto online no dia 15 agosto 2018, consultado o 22 junho 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/3943> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3943>

Este documento foi criado de forma automática no dia 22 junho 2020.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Vozes da ocupação

Relatos de estudantes secundaristas em Montes Claros-MG

Occupy voices

Andrea Jakubaszko e Idalécia Soares Correia

- 1 No âmbito da pesquisa “Adolescentes e jovens cidadãos: um olhar através da Antropologia e da Política” – realizada por docentes vinculados ao Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-MG)¹ –, estabelecemos o interesse comum em conhecer as experiências de ocupação estudantil da Escola Estadual Monsenhor Gustavo, situada na cidade de Montes Claros-MG, com vistas a reconstitui-la através do registro das narrativas de seus agentes. A ocupação ocorreu em novembro de 2016, ao passo que as nossas incursões etnográficas se deram um ano depois, de setembro a dezembro de 2017, donde extraímos os depoimentos transcritos aqui.
- 2 Montes Claros, no norte do estado de Minas Gerais, conta com uma população estimada para 2017 de 400 mil habitantes. Em 2015 foram contabilizadas 16.700 matrículas no ensino médio (INEP/MEC, censo educacional 2015). Os jovens de 15 a 19 anos correspondem a aproximadamente 10% da população do município e apenas 40% deles estavam matriculados no ensino médio (2015) – 30% deste contingente na rede pública estadual (13.448 em 41 escolas) e 10% na rede privada (3.076 em 11 escolas).
- 3 “Ocupar e resistir!” foi o lema propagado por um grupo de estudantes secundaristas ao longo dos 25 dias de ocupação da E.E. Monsenhor Gustavo, localizada no bairro Santo Inácio. As suas mobilizações se deram no contexto das manifestações organizadas pela sociedade civil contra a PEC 241 (55) – uma das primeiras atitudes tomadas pelo governo Michel Temer, empossado após impeachment da presidente Dilma Rousseff. Além desta medida, estava também em pauta a reforma do ensino médio (MP 746), a proposta de extinção do Ministério da Cultura e, paralelamente, as discussões em torno da noção de “Escola Sem Partido”, da reforma trabalhista e da previdência social. Por todo o país eclodiram reações.

No início de outubro (2016), coloquei um vídeo no Facebook sobre a PEC (241) e teve muita repercussão. A. sugeriu ocupar a escola e fomos. Era 31 de outubro e fizemos

uma assembleia com todos no recreio, tivemos apoio e às 17h30 ocupamos até 24 de novembro. (K. 21 anos, 19 na ocupação)

Iniciativa bem nossa. R. passou a mensagem da PEC, eu e A. passamos para K., vimos as situações que estavam acontecendo e com a licença da diretora, passamos de sala em sala e a Assembleia votou unânime e com a autorização dos pais, por sermos de menor, iniciamos a ocupação. (E. 17 anos, 16 na ocupação).

Tudo começou com o boato das outras escolas ocupadas. Comecei a pesquisar do que se tratava a PEC e fui vendo as consequências daquilo e resolvemos juntar forças e fizemos uma comissão para encabeçar a ocupação. Não pensávamos em obstáculos, pensamos em iniciar - com informação para a escola e a comunidade sobre a situação. R. foi quem deu o primeiro impulso, falou “fazer esse projeto”, então inicialmente abraçamos o que seria uma manifestação e depois virou ocupação. Fomos nos instruindo com professores e outros estudantes para preparar a ação. Primeiro definimos a divisão das tarefas, responsabilidades de cada comissão da logística, a casa (família) de cada um de nós foi percebendo a mobilização, as motivações e os interesses, até desembocar na assembleia que decidiu pela ocupação. (A. 18 anos, 17 na ocupação).

- 4 Pelos depoimentos podemos observar o rápido fluxo das informações no meio digital e a mobilização concreta para a ação. A PEC do teto dos gastos públicos, de iniciativa da Presidência da República e de autoria da Câmara dos Deputados – onde tramitou como PEC 241 – foi encaminhada, após aprovação em segundo turno², para a presidência do Senado (PEC 55/2016). Esta Proposta de Emenda à Constituição fere os direitos humanos fundamentais ao distorcer o princípio constitucional de gasto mínimo (vinculação positiva da receita pública), substituindo-o por gasto máximo, impondo um teto atrelado ao índice inflacionário do ano anterior/correção (vinculação negativa). Institui-se, deste modo, um novo regime fiscal que incide diretamente nas despesas primárias da União, anulando seu crescimento, a despeito do crescimento populacional, fixando por 20 anos estas despesas (Cf. Rossi e Dweck, 2016). Transforma-se, com efeito, direitos sociais em termos fazendários, retrocede-se à acumulação intensiva no desmonte dos preceitos constitucionais. Como declarava a multidão de manifestantes espalhados pelo território nacional, a conta do déficit primário, mais uma vez, sobrou para o bolso do trabalhador.
- 5 Conforme argumentam Catini e Mello (2016), citando Arantes (2004):

... o fato de o Estado deixar de ser provedor direto dos serviços e passar a incorporar a gestão privada em seus chamados “serviços públicos não estatais” não faz dele um Estado fraco. Ao contrário, o papel de recompor as fronteiras do público e do privado, organizar, controlar e regular as relações a partir da primazia absoluta do mercado requer um Estado forte para “gerir e legitimar no espaço nacional as exigências do capitalismo global”... (Cantini e Mello 2016:5).
- 6 A reforma do ensino médio do governo Temer ou a “Escola Sem Partido” aclamada pelo Movimento Brasil Livre (MBL) ressoam propostas que ressuscitam as intenções do acordo MEC-USAID estabelecido durante o regime militar brasileiro que logrou êxitos no que diz respeito a implantação de uma pedagogia tecnicista, expressa na Lei da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68). A partir daí a classe empresarial da educação se expandiu e o movimento estudantil no Brasil vem lutando, desde então, historicamente, contra a precarização e privatização do ensino público.
- 7 Em 2016, a reação dos secundaristas foi imediata. Foram mais de mil escolas ocupadas por seus estudantes em todo o país: Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Brasília, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso, totalizando 1.197 (UBES: 2016). Na explicação dos estudantes de Montes Claros:

Congelamento dos investimentos na educação por 20 anos! Como fica o tempo integral? Aumenta a carga horária e diminui o recurso? Como fica a escola, caindo? Sem mesa, sem cadeira, sem banheiro, sem professor, merendar o quê? (S. 18 anos, 17 na ocupação)

O governo não vai investir em educação porque não é bom para ele – derruba eles! A mídia informa e desinforma. Tinha pressão de todo lado pra gente sair, tinha gente que falava “invasão”, invasão como? Como você pode invadir o que é seu? (R. 20 anos, 19 na ocupação).

Eu tinha uma dupla função, era ao mesmo tempo pai e aluno (EJA) da escola. Revolta contra a precarização ainda maior da escola pública, que ficaria 20 anos sem melhorias. Sem arte, sem filosofia, sem sociologia, sem geografia – isso é voltar à escravidão! É não formar para pensar, questionar, aprender a duvidar um pouquinho, saber questionar. Estudar é sonhar com o futuro. A lábia dos políticos para conquistar o meu voto no ano que vem, vai precisar muito para me convencer. Tínhamos revolta, medo de perder o acesso à universidade pública, medo de perder isso, a oportunidade de melhorar de vida. A escola é o nosso futuro. Eu não pertencço a nenhum movimento partidário, sem bandeira. Mas perder o ensino de filosofia, sociologia, de pensar de forma crítica é o que os políticos querem, eles vão gostar disso. Foi um ato político, histórico, revolucionário. A escola nunca foi tão viva! Tão viva como no momento da ocupação. (C. EJA/ pai de E.)

- 8 Declaradas as motivações iniciais para ocupar a escola, associadas à compreensão dos impactos diretos de tal Emenda em suas vidas, os estudantes relataram também o modo e a forma pela qual tiveram que enfrentar obstáculos durante o ato da ocupação:

... no começo, a diretora ficou bem preocupada: como ia ser a gente ali? Se ia ter bagunça? Depredação? Tem professor, que não gostou nem um pouco – perseguiu, ameaçou de não repor aula, ficou com desconfiança de quem participava. Mas o movimento era nosso, a gente que decidia, a escola é nossa, é o nosso espaço e a gente tem que lutar pelo que é nosso. (S. 18 anos, 17 na ocupação)

Nossa única preocupação foi a polícia, que no mesmo dia, às 22h bateu lá e fez vídeo da gente e ficaram diariamente na porta. Até que uns dias depois, começaram a responder com força – pedindo documentação, fazendo clima de tensão. E não só por parte da polícia, teve também boato de que um grupo armado vinha nos acoessar. Resolvemos que as meninas iam dormir em casa e só ficariam os homens. De outro lado, muitas mães e pais ajudaram muito, pois sempre tinha que ter uns deles com a gente lá, um adulto responsável. Fomos convocados no MP. Nos parabenizaram pela organização e pediram para conversar e nos orientaram de muitas coisas. Na segunda ida, foi um clima diferente, algumas mães e uma professora ameaçavam de nos processar se não desocupássemos, teve quem tacou fogo nos nossos cartazes – nosso lema era “ocupar e resistir!”. Ainda assim, nós seguíamos em frente, explicando sempre para todos, as razões da ocupação. (...) As meninas foram mal faladas, no momento do Enem também teve muita pressão, a Transamérica falou mal da gente e depois teve que se retratar publicamente, fizemos vídeos no face para desmentir as acusações, tem gente que age assim, mas tenho minha consciência limpa, não me arrependo de ter ocupado. Gosto de lutar pelo que eu acredito. (K. 21 anos, 19 na ocupação)

Teve ameaça, polícia, mas um problemão era a situação das crianças pequenas; fazer os pais entenderem que essa luta era pela garantia dos direitos delas também. (A. 18 anos, 17 na ocupação)

- 9 Obtemos nessas falas, uma sintonia em relação aos testemunhos igualmente dados por centenas de secundaristas em todo o país, espalhados em redes sociais, vídeos, entrevistas, notícias e análises. Seguiu, em todas as ocupações, um modelo de autogestão – organizavam a escola e as atividades, mantendo uma intensa agenda de eventos, reuniões e assembleias nas ocupações, com palestras, visitas, tratamento de diversos temas em rodas de conversa, apresentações artísticas, intercâmbios, além de

todo o zelo com a limpeza, segurança e conservação do espaço escolar. Também, igualmente, enfrentaram a oposição de membros da comunidade, as ameaças e pressões do poder público e da imprensa.

Tinha todo dia a agenda organizada pela gente, recebemos a Unimontes, visitas de outros colégios (Prisma, Marista...), políticos, religiosos, agentes de saúde, imprensa, artistas. Todo dia cronograma, agenda intensa; quando as palestras eram nossas, discutíamos a PEC e a situação das outras ocupações no país. Nos dividimos em equipes: segurança, doações, comida, limpeza, finanças, comunicação... tinha o dormitório das meninas e dos meninos, levamos materiais, colchões, cobertas e recebemos muita comida mesmo. Ganhamos muita experiência e a família e amizade que se formou, muita ajuda mútua, uma grande família. (K. 21 anos, 19 na ocupação)

- 10 O fato das ocupações terem se multiplicado sem centro ou comando diretivo e apresentarem um caráter aparentemente pontual e reativo, não deve ser confundido, no nosso caso, como um exemplo de meras associações instantâneas em meio a fluxos, numa definição performativa da ação destes estudantes. A reação secundarista diante das medidas do governo Temer se alastrou de tal forma descentralizada e de tal forma coesa em ação e discurso que nos remete com maior ênfase a um contexto efetivo de mobilização nacional. Havia certa unidade em meio à “dispersão”.
- 11 O movimento estudantil possui raízes que remetem a memória de luta e de opressão. A presentificação do passado atua como uma força concreta na dinâmica das ocupações, ainda que as performances estejam atualizadas na composição de *raps* e *funks*, na comunicação digital e nas reivindicações que extrapolam oposições de classes. A face secundarista de luta expõe as fissuras profundas de uma longa memória de opressão e de sua intenção, hoje tão objetiva e cristalina quanto querer, enfim, uma escola-para-si, feita cotidianamente com sua presença e criatividade. Isso se opõe de forma direta, pacífica e inclusive terna ao teatro das leis e das ações de gestores, economistas, jornalistas e intelectuais. Ofusca, afronta e ameaça.
- 12 Os dados da violência contra crianças e adolescentes no Brasil não desmentem jamais a capacidade autoritária do Estado brasileiro e a virulência da desigualdade que impõe. Contudo, direitos adquiridos exigem, ainda, determinados limites à operação estatal no que diz respeito a atentar contra convenções supranacionais em tempos de grandes acordos globais. E aí está um campo de força em torno da fragilidade dos secundaristas. Por tudo isso, Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo, precisou recuar em 2015, e eles foram vitoriosos em incidir diretamente sobre as decisões políticas que os afetariam. Afinal, eles não estavam cometendo nenhuma violação, nenhum crime, como muitos quiseram fazer acreditar – estavam convivendo, dando lições, exigindo acesso, cumprimento constitucional, emitindo suas vozes. O grito dos secundaristas nocauteia um eixo estrutural: a reprodução das bases da desigualdade da sociedade brasileira encravadas na educação agenciada por parte da elite conservadora.

O governo virou a cara, aprovou a lei e não tá nem aí... A maioria não será beneficiada e não quer aquilo tudo. Só a população pra saber o que lhe beneficia. O governo não ouve, ignorou as ocupações, como pode fazer o melhor se não escuta, se não dialoga, se só vive em Brasília, muito longe do que a gente passa no dia a dia. Com estudo, tem sim trabalho melhor! Formação superior dá condições para salário melhor. Conquistas dos últimos 10 anos atrás que hoje está ameaçada, reforma trabalhista, aposentadoria, outras leis, congelamento e retornos para trás. Que garantias? Na época falei isso pros procuradores também. (A. 18 anos, 17 na ocupação)

Eu fiz a prova do Enem, 70% da prova não vi no conteúdo da escola pública. O governo cobra o que não dá. Tudo seria melhor se a educação fosse boa – médicos, policiais, não adianta fazer uma peça e passar só um verniz. A gente ter um resto e se conformar com aquilo. A gente não sabia que era tão grande a distância, a diferença de uma escola para outra (pública e privada). (E. 17 anos, 16 na ocupação) Talvez não fôssemos parar a PEC, mas pelo menos um grito, uma parte foi feita. Como esses políticos conseguem dormir? Tanta violência que poderia ser reduzida com mais empregos e educação. Meu salário, com os descontos não é nem mínimo, cai quase pela metade, isso é escravidão. A Suécia tem políticas exemplares, aqui faltam hospitais e o ser humano não significa mais nada, hoje em dia é eu e eu. (R. 20 anos, 19 na ocupação)

- 13 Deste modo, os estudantes voltam a protagonizar uma força relevante nas transformações da sociedade e política nacional. São eles, os filhos de operários e trabalhadores, maioria oriunda de periferias urbanas, negros e mestiços, que refletem de modo secular os efeitos da desigualdade produzida pelo sistema educacional nas condições de trabalho e reprodução social, num país de base escravocrata como o Brasil. A escola – de qualidade – é apreendida como passaporte para o futuro, para ter acesso ao trabalho e um salário melhor, melhorando as condições de vida.
- 14 Muitos deles também estudantes-trabalhadores, que ao serem afetados como filhos pobres de pobres trabalhadores atingem e mobilizam as classes populares de forma mais ampla e perigosa, podem engrossar multidões. Assim, estas configurações dispersas no espaço (as escolas) mas coesas no tempo (as ações, métodos, aprendizados e memória) precisam ser reconhecidas como efetivo movimento social que são por potência e força de capilaridade e, portanto, valorizadas em sua historicidade, não cabendo inseri-las numa denominação vaga de associações espontâneas e passageiras diante de contextos situacionais momentâneos, desencarnando-as das especificidades de sua forma-grupo.

Minha mãe me apoiou muito, entendeu a situação e me deixou participar. Foi muito bom! Muitos aprendizados, tinha aula de política, filosofia, foram professores da Unimontes; teve palestras de um monte de gente de lugares diferentes, muito estudo e aulas também. Não ficava lá à toa, sem fazer nada... tinha visitas, tarefas, participação, mobilização. Entender, acompanhar tudo que se passava. Foi muito sério, não tinha baderna, era tudo muito organizado. Mudei minha visão de muitas coisas. (S. 18 anos, 17 na ocupação)

Minha filha me encheu de orgulho, estava lutando pelos direitos dela, pelo futuro dela. Se você cria bem um filho, cria certo, pode confiar, pode soltar. Se tem medo de soltar é porque não tá muito certo alguma coisa. Manter a escola limpa e organizada que a gente encontrava, não era fácil, fazia respeitar o pessoal. Cozinhar pra tanta gente não é fácil. Aprender a dialogar mais do que ser ignorante quando não concorda com algo diferente. O respeito veio espontâneo, muitos não se gostavam e hoje é diferente. Eles tinham autonomia, discutiam e decidiam sem intervenção dos adultos. Apoiei, chamei advogados, tive que assinar um termo de responsabilidade no MP. Resolvi apoiar pessoalmente, cozinhei e fiquei muito orgulhosa mesmo. (Mãe de E.)

Não esperava que tivesse tanto apoio da comunidade, faculdades, instituições, eventos. (C. EJA/ pai de E.)

Aproveitamos muito a escola, chegamos a conhecer espaços que nem usávamos, que nem sabíamos que existia. O que sustentou todos esses dias, foi nossa motivação – nós mesmos – tudo dependia da gente, era a força dos adolescentes. Eu vivi com e na escola, um vínculo se abriu, se revelou, eu sempre gostei de história, passei a me interessar por política – cada um falar o que pensa, estudar, conhecer para opinar, ter mais informação, aprendizado – que são a base para a ação política. Assistir jornal com senso crítico. (A. 18 anos, 17 na ocupação)

O portão era aberto de dia para as visitas, mas logo vimos que podia bagunçar, então organizamos horários, agenda e listas de entrada e saída. Pudemos aprender o trabalho que dá a escola, ter mais respeito pelos funcionários, mais zelo com as coisas, não tinha mais *bullying*. Por causa da ocupação, somos hoje mais interessados, estudiosos e também mais exigentes, pois tivemos um conhecimento maior. Muitas aulas de outros professores, aprendizado intenso, mais proximidade com a comunidade, explicando, trocando informações, conhecimento. O ensino cresceu, ficamos mais críticos. A gente morou lá! Vimos que a escola é a segunda casa da gente, cuidar melhor. Quem participou da ocupação não joga papel de bala no chão e se outro joga, ele vai lá e cata. Teve uma mãe que disse que na ocupação aprendeu muito sobre seus próprios direitos. Não alcançou só a escola, mas toda a comunidade! Meu grande aprendizado não foi só o respeito por todos, servidores, colegas, o sentimento de união, de família, mas também com a “coisa pública”. (E. 17 anos, 16 na ocupação)

- 15 Catini e Mello (2016), discorrendo sobre as ocupações em São Paulo em 2015, problematizam o universalismo da noção de cidadania que nos remete a igualdade formal do direito moderno, posto que é para o escancaramento das desigualdades que as ocupações apontam ao fazer frente e crítica a uma educação escolar que aliena (nos termos de Adorno e Lukács, pseudoformação da sociedade capitalista/paralisação da formação de consciência). Citando Benjamin, definem a cidadania como um tipo de consciência determinada previamente pela educação burguesa, que forma um tipo específico de sujeito: o cidadão. Sustentam que o “Ocupa Escola”, a partir das experiências vividas, revelou para todos um sentido comum – de que aprenderam muito mais em menos de um mês, do que a vida inteira na escola. Esta constatação fundamenta, para os autores, a distinção entre educação escolar e educação política, onde a segunda ganhou terreno fértil a ponto dos autores perguntarem se a vivência desses secundaristas formou cidadãos ou futuros combatentes. Concluem que a ação política experimentada formou combatentes, pois seus relatos deixam claro que a luta está longe de acabar ou de ser esquecida.

Os alunos voltaram mudados, a escola tem outra cara. Banheiros reformados, vistoria que substituiu as painéis velhas. A ocupação veio como um divisor de águas. (K. 21 anos, 19 na ocupação)

Com certeza! (sente diferença na escola antes e depois da ocupação). Hoje nossa escola ficou conhecida, respeitada. Tem muito mais união, organização, não é pessoal? Antes tudo era meio... desorganizado, agora é muito mais unido. Merenda mesmo, não tem mais o desperdício como antes. A limpeza, todo mundo cuida agora (na época da ocupação, a gente se dividia e limpava toda a escola) e esse cuidado continuou e se espalhou para todo mundo. Depois da ocupação, teve também a reforma do banheiro que antes era todo largado, caindo aos pedaços. O respeito entre alunos e professores também é outro, melhorou muito! Sempre tem uns... mas é muito melhor agora, o pessoal da cantina é simpático, todo mundo é mais integrado agora. Eu posso ficar velhinha, que nunca vou me esquecer dessa experiência, sempre vou lembrar! (S. 18 anos, 17 na ocupação)

O fato de que outras escolas tentaram, mas não conseguiram se organizar, de um lado contribuiu para ir enfraquecendo o movimento, mas por outro, mostrou nossa força. Creio que a ocupação não caiu no esquecimento e demorará a cair. (K. 21 anos, 19 na ocupação)

- 16 Estamos de acordo com a interpretação de que o “Ocupa Escola” não representou a reprodução do cidadão burguês, da consciência alienada produzida na sociedade capitalista, nos termos da Escola de Frankfurt. A educação política certamente fez frente à educação escolar de forma radical, expressa na força da horizontalidade da organização estudantil nas mobilizações. Contudo, suas vozes nos chamam atenção

para além da formação de consciência, pois enfatizam não apenas os aprendizados políticos, mas a profunda experiência de uma nova educação sentimental. A virada na visão de mundo é propiciada por uma nova maneira de agir e de pensar, um novo modo de experimentar a sociabilidade, as relações, os afetos, de experimentar os lugares, as diferenças, as singularidades, a convivência cotidiana, as assimetrias, novos modos de ser e estar no mundo. Esses testemunhos apontam mais do que para as luzes da consciência de classe, lançam nosso olhar para a transformação e constituição de novos processos de subjetivação. Se a educação política é base para a ação política, talvez a educação sentimental seja a base efetiva para a transformação política.

A relação aluno-professor deve estar muito para além da matéria, temos também que dialogar sobre as coisas que nos rodeiam. (R. 20 anos, 19 na ocupação)

Deixamos um legado para os alunos que ficaram e eles podem querer sim, se mobilizar em outras lutas, tem motivação para se mover socialmente. As pessoas estavam antes, de um jeito, depois, de outro. A ocupação não morreu – na lembrança e também no modo de agir e pensar. Apoiando reivindicações, manifestações, conversar com a família, compartilhar com outras pessoas, falar mais de política. Muitos se acomodam, também por isso os governantes fazem o que querem e querem deixar a população assim – mas a população tem força, é só motivar. Lutar pela gente e pelos que virão também. (A. está grávida de 8 meses). Acredito muito dos jovens que estão aí agora, quanto mais passarmos para eles, eles continuaram a luta, porque, os adultos têm muitas ocupações, preocupações, obrigações, mas os jovens, precisam e podem fazer muita coisa. Na escola é preciso discutir política, voto – eu não vou votar em quem aprovou a PEC. Na época da Copa, das Olimpíadas, a mídia só mostrava o lado bom, mas e aqueles que precisam – milhões gastos e a população sem educação e com cortes em segurança, saúde, tudo! Tiram o que é nosso. Como vai ser, o salário fica e tudo aumenta? Então, tem que lutar! Esse foi o aprendizado, não achar que porque somos jovens não temos voz. O legado mais importante é a convivência, conhecer melhor, saber que um só é fraco, mas que a união faz a força. Por exemplo, tinham os alunos problema, briguentos, mas durante a ocupação eles eram super-interessados, participavam ativamente. Muitos preconceitos caíram por terra com o convívio – comer junto, acordar junto, era como uma família mesmo. Foi inesquecível! (A. 18 anos, 17 na ocupação)

Nós não abaixamos a cabeça, lutamos até o fim, mostramos o que os estudantes queriam, qualquer outro ato que for por lei infringir o meu direito, sabemos que hoje em dia podemos lutar por ele. Uma luta que se aprende em todos os sentidos, tanto político como humano. (E. 17 anos, 16 na ocupação)

- 17 Não nos parece que esta juventude ficará congelada por vinte anos. E, caso a Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação durante vinte anos, aprovada em segundo turno no Plenário do Senado em 13 de dezembro de 2016, vigorar até lá, muitos combates, certamente serão enfrentados. Daqui vinte anos, esses jovens serão veteranos, beirando os quarenta anos, e as lições aprendidas e ensinadas por eles poderão ecoar de tal forma que, talvez, façam tremer e temer a consciência dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

Catini, C. R.; Mello, G. M. C. (2016). Escolas de luta, educação política. Centro de Estudos Educação e Sociedade, 37(137), 1177-1202. doi: 10.1590/ES0101-73302016163403

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – MEC/ INEP. (2015). Censo Educacional – 2015. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 14 de abril de 2018, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montesclaros/pesquisa/13/5902>

Rossi, E.; Dweck, E. (2016). Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. Cadernos de Saúde Pública, 32(12), 1-5. doi: 10.1590/0102-311X00194316 www.ensp.fiocruz.br/csp

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES. (2016). Retrospectiva: relembre as grandes vitórias da primavera secundarista. Recuperado em 04 de abril de 2018, de <https://ubes.org.br/2016/retrospectiva-relembre-as-grandes-vitorias-da-primavera-secundarista/>

NOTAS

1. A pesquisa foi realizada pelos professores Dr. Fabiano Alves de Souza (coordenador); Dr. Giancarlo Machado; Me. Carlos Caixeta de Queiroz; Me. Andrea Jakubaszko e Me. Idalécia Soares Correia – todos vinculados ao Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (DPCS-UNIMONTES/MG).

2. 359 votos contra 116, além de duas abstenções, em votação ocorrida durante a madrugada de 26 de outubro. A aprovação em primeiro turno, por sua vez, ocorreu em 11 de outubro.

AUTORES

ANDREA JAKUBASZKO

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora vinculada ao Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (DPCS-UNIMONTES/MG).

IDALÉCIA SOARES CORREIA

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora vinculada ao Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (DPCS-UNIMONTES/MG).